



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.770, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

“Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Santa Cruz da Conceição e dá outras providências”.

OSVALDO MARCHIORI, Prefeito do Município de Santa Cruz da Conceição, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Na implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo I, parte integrante desta Lei, o Município de Santa Cruz da Conceição deverá articular e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para a garantia da execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com os princípios e diretrizes da Lei nº 11.445/2007.

Art. 2º. São diretrizes do Plano Municipal de Saneamento Básico a melhoria da qualidade dos serviços de saneamento básico, a garantia dos benefícios da salubridade ambiental para toda a população, a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e o fortalecimento dos instrumentos disponíveis ao Poder Público e à coletividade.

Parágrafo único. Na implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico, deverão ser considerados:

- o Plano Regional Integrado de Saneamento Básico da UGRHI 09 – Mogi Guaçú; e
- o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçú.

Art. 3º. Para efeitos desta Lei, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

- abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
- esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
- limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas; e
- drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

ESTADO DE SÃO PAULO

e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Art. 4º. O Plano Municipal de Saneamento Básico será considerado para um horizonte de 20 (vinte) anos, devendo ser revisto periodicamente em prazos não superiores a 4 (quatro) anos.

§ 1º. As revisões de que trata o caput deste artigo deverão preceder à elaboração do Plano Plurianual do Município de Santa Cruz da Conceição, nos termos do art. 19, § 4º, da Lei nº 11.445/2007.

§ 2º. O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara dos Vereadores, com as eventuais alterações, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

TÍTULO II

DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

Art. 5º. O Plano Municipal de Saneamento Básico tem por objetivo geral promover a universalização do saneamento básico em todo o território de Santa Cruz da Conceição, ampliando progressivamente o acesso de todos os domicílios permanentes aos serviços.

Parágrafo único. Para alcançar o objetivo geral de universalização, em conformidade com a Lei nº 11.445/2007, são objetivos específicos do Plano de Saneamento Básico de Santa Cruz da Conceição:

- a garantia da qualidade e eficiência dos serviços, buscando sua melhoria e extensão às localidades ainda não atendidas;
- a sua implementação em prazos razoáveis, de modo a atingir as metas fixadas no plano;
- a criação de meios e instrumentos para regulação, fiscalização, monitoramento e gestão dos serviços;
- a promoção de programas de educação ambiental de forma a estimular a conscientização da população em relação à importância do meio ambiente equilibrado e à necessidade de sua proteção, sobretudo em relação ao saneamento básico; e
- a viabilidade econômico-financeira dos serviços, considerando a capacidade de pagamento pela população de baixa renda na definição de taxas, tarifas e outros preços públicos.

Art. 6º. Além dos princípios expressos acima, serão observados, para a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico, os seguintes princípios fundamentais:

- integralidade dos serviços de saneamento básico;
- disponibilidade dos serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

ESTADO DE SÃO PAULO

urbanas;

- preservação da saúde pública e a proteção do meio ambiente;
- adequação de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- articulação com outras políticas públicas;
- eficiência e sustentabilidade econômica, técnica, social e ambiental;
- utilização de tecnologias apropriadas;
- transparência das ações;
- Controle social;
- Segurança, qualidade e regularidade;
- Integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

TÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS

Art. 7º. Os programas e projetos específicos, voltados à melhoria da qualidade e ampliação da oferta dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e drenagem constituirão os instrumentos básicos para a gestão dos serviços, devendo incorporar os princípios e diretrizes contidos nesta Lei.

Parágrafo único. Os programas e projetos específicos do setor de saneamento básico deverão ser regulamentados por Decretos do Poder Executivo Municipal, na medida em que forem criados, inclusive com a especificação dos recursos orçamentários a serem aplicados.

Art. 8º. A implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, a cargo do Departamento Municipal de Serviços Públicos – Serviço de Água e Esgoto, pressupõe a participação dos diversos agentes envolvidos, inclusive os demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, operadores dos serviços, associações de bairro e demais entes da sociedade civil organizada.

TÍTULO IV

DA RESPONSABILIDADE DOS AGENTES ENVOLVIDOS COM O SANEAMENTO BÁSICO

Art. 9º. A prestação dos serviços de saneamento básico é de titularidade do Poder Executivo Municipal e poderá ser delegada a terceiros mediante contrato, sob o regime de direito público, para execução de uma ou mais atividades.

§ 1º. A delegação da prestação dos serviços de saneamento básico não dispensa o



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

ESTADO DE SÃO PAULO

cumprimento, pelo prestador, do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo I:

§ 2º. Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato deverão ser compatíveis com o Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo I.

§ 3º. Os contratos mencionados no caput não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou o acesso às informações dos serviços contratados.

§ 4º. No caso de mais de um prestador executar atividade interdependente de outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato, devendo entidade única ser encarregada das funções de regulação e fiscalização, observado o disposto no art. 12, da Lei nº 11.445/2007.

§ 5º. Na hipótese de entidade da Administração Pública Municipal ser contratada para a prestação de serviços de saneamento básico nos termos do presente artigo, deverá submeter-se às regras aplicáveis aos demais prestadores.

Art. 10. O Município deverá regular e fiscalizar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, ficando desde já autorizada a delegar essas atividades a entidade reguladora independente, constituída dentro dos limites territoriais do Estado de São Paulo, nos termos do §1º, do art. 23, da Lei nº 11.445/2007.

Parágrafo único. Caberá ao ente regulador e fiscalizador dos serviços de saneamento básico a verificação do cumprimento do Plano Municipal de Saneamento Básico, Anexo I desta Lei, por parte dos prestadores dos serviços, na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais.

Art. 11. Com forma de garantir a implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico são deveres dos prestadores dos serviços:

- prestar serviço adequado e com atualidade, na forma prevista nas normas técnicas aplicáveis e no contrato, quando os serviços forem objeto de relação contratual;
- prestar contas da gestão do serviço ao Município de Santa Cruz da Conceição quando os serviços forem objeto de relação contratual, e aos usuários, mediante solicitação por escrito;
- cumprir e fazer cumprir as normas de proteção ambiental e de proteção à saúde aplicáveis aos serviços;
- permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço;
- zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço; e
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.

§ 1º. Para os efeitos desta Lei, considera-se serviço adequado aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação, bem como a modicidade das tarifas.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 2º. A atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

Art. 12. Tendo em vista que os usuários diretos e indiretos dos serviços de saneamento básico são os beneficiários finais do Plano Municipal de Saneamento Básico, constituem seus direitos e obrigações:

- receber serviço adequado;
- receber dos prestadores informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- levar ao conhecimento do Município de Santa Cruz da Conceição e do prestador as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos eventualmente praticados na prestação do serviço;
- contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

TÍTULO V

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 13. Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, as infrações ao disposto nesta Lei e seus instrumentos, cometidas pelos prestadores de serviços, acarretarão a aplicação das seguintes penalidades, pelo ente regulador, observados, sempre, os princípios da ampla defesa e do contraditório:

- advertência, com prazo para regularização; e
- multa simples ou diária.

Art. 14. A advertência poderá ser aplicada mediante a lavratura de auto de infração, para as infrações administrativas de menor lesividade, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º. Sem prejuízo do disposto no caput, se o ente regulador constatar a existência de irregularidades a serem sanadas, lavrará o auto de infração com a indicação da respectiva sanção de advertência, ocasião em que estabelecerá prazo para que o infrator sane tais irregularidades.

§ 2º. Sanadas as irregularidades no prazo concedido, o ente regulador certificará o ocorrido nos autos e dará seguimento ao processo.

§ 3º. Caso o atuado, por negligência ou dolo, deixe de sanar as irregularidades, o ente regulador certificará o ocorrido e aplicará a sanção de multa relativa à infração praticada, independentemente da advertência.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 4º. A advertência não excluirá a aplicação de outras sanções cabíveis.

Art. 15. Para a aplicação da penalidade da multa, a autoridade competente levará em conta a intensidade e extensão da infração.

§ 1º. A multa diária será aplicada em caso de infração continuada.

§ 2º. A multa diária será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias após a promulgação da presente Lei.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. Constitui órgão executivo do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo I, o Departamento Municipal de Serviços Públicos – Serviço de Água e Esgoto, na forma da Lei Municipal Complementar N° 038/2013.

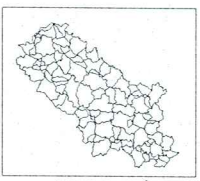
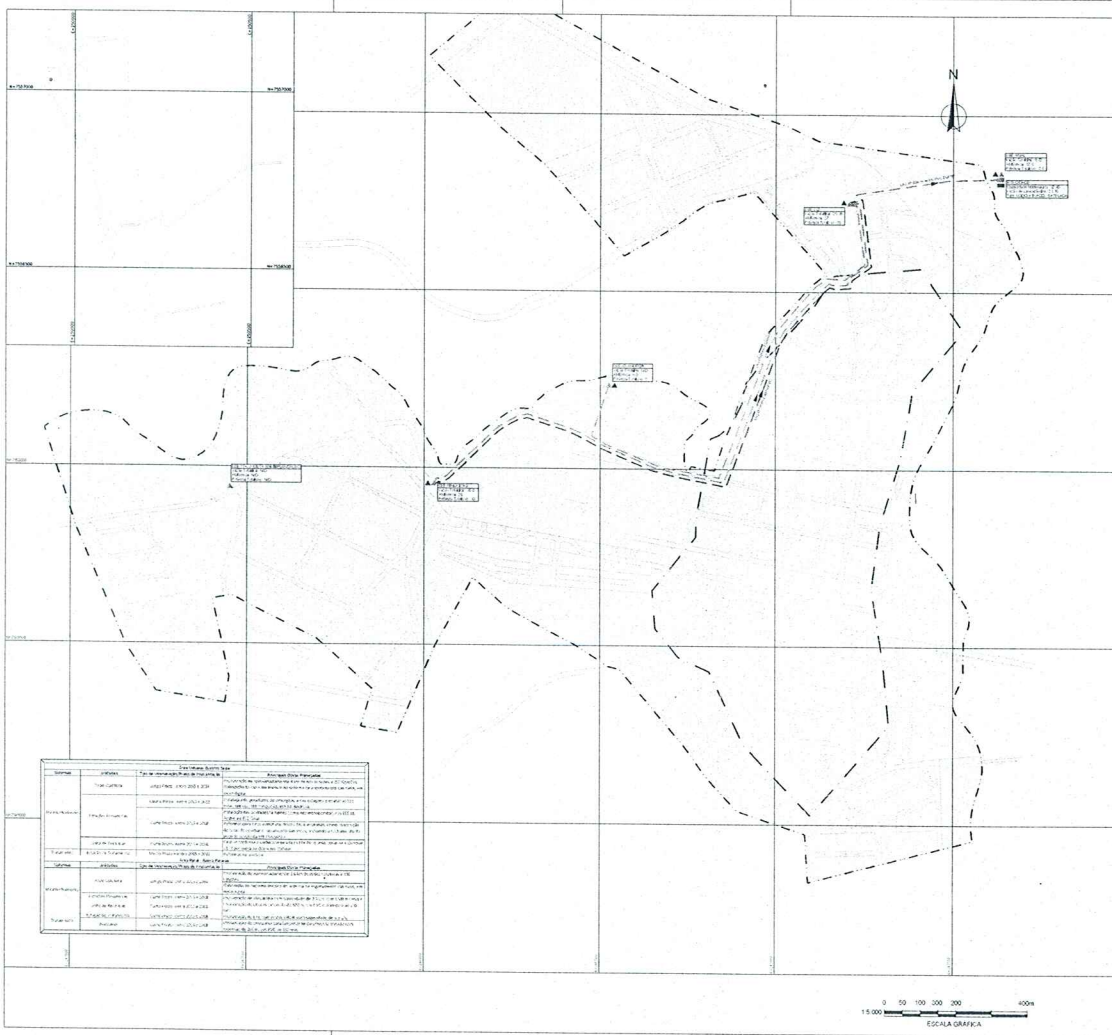
Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Cruz da Conceição, 30 de junho de 2015.

OSVALDO MARCHIORI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada com afixação nos lugares de costume nesta Prefeitura e arquivamento no Cartório de Registro Civil e Anexos local na data supra.

Eunice Ap. Carvalho Baldin
Secretária da Prefeitura



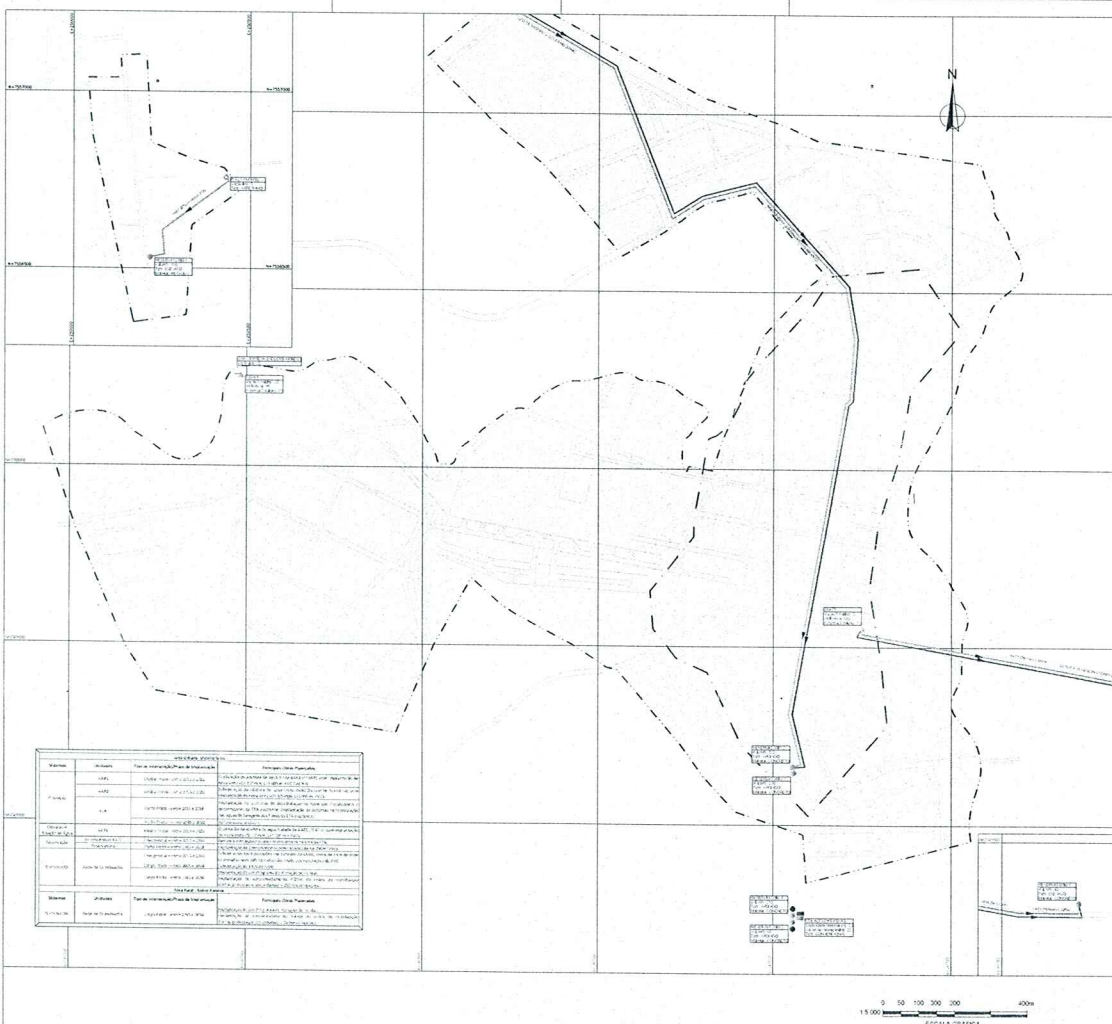
LEGENDA

- LIMITE MUNICIPAL
- ESTRELA MUNICIPAL, PAVIMENTAÇÃO
- FERROVIA
- LIMITE DE TRANSMISSÃO
- LIMITE DA ZONA URBANA
- ÁREA DE ATENDIMENTO
- ESTACIONAMENTO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS EXISTENTE
- ESTACIONAMENTO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS PROPOSTO
- ▲ ESTACIONAMENTO ELEVADOR DE ESGOTOS PROPOSTO
- ▲ ESTACIONAMENTO ELEVADOR DE ESGOTOS EXISTENTE
- CANALIZADO INTERCEPTOR / COLETA DE TRANSMISSÃO EXISTENTE
- CANALIZADO INTERCEPTOR / COLETA DE TRANSMISSÃO PROPOSTO
- LINHA DE RECALQUE EXISTENTE
- LINHA DE RECALQUE PROPOSTA
- LIMITE DE BACIA DE ESGUAMENTO

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) - 100 habitantes	1	1.500.000,00	1.500.000,00
2	Estação Elevadora de Esgotos (EE) - 100 habitantes	1	500.000,00	500.000,00
3	Canalizador Interceptor / Coleta de Transmissão - 100 habitantes	1	100.000,00	100.000,00
4	Linhas de Recalque - 100 habitantes	1	50.000,00	50.000,00
5	Canalizador Interceptor / Coleta de Transmissão - 50 habitantes	1	50.000,00	50.000,00
6	Linhas de Recalque - 50 habitantes	1	25.000,00	25.000,00
7	Estação Elevadora de Esgotos (EE) - 50 habitantes	1	250.000,00	250.000,00
8	Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) - 50 habitantes	1	750.000,00	750.000,00
9	Canalizador Interceptor / Coleta de Transmissão - 25 habitantes	1	25.000,00	25.000,00
10	Linhas de Recalque - 25 habitantes	1	12.500,00	12.500,00
11	Estação Elevadora de Esgotos (EE) - 25 habitantes	1	125.000,00	125.000,00
12	Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) - 25 habitantes	1	375.000,00	375.000,00
13	Canalizador Interceptor / Coleta de Transmissão - 10 habitantes	1	10.000,00	10.000,00
14	Linhas de Recalque - 10 habitantes	1	5.000,00	5.000,00
15	Estação Elevadora de Esgotos (EE) - 10 habitantes	1	50.000,00	50.000,00
16	Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) - 10 habitantes	1	150.000,00	150.000,00




GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
PLANO INTEGRADO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
USUBR
SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO
OPERAÇÃO DE ENLACE DE SANEAMENTO
SUB-ÁREA 01 - URBANA
1:10.000
19/06/2014
AVULSO Nº 02



LEGENDA

- HIEROGLIFIA
- LIMITE MUNICIPAL
- ESTADOS MUNICÍPIOS, MUNICÍPIOS E RIOS
- FERROVIAS
- LINHA DE TRANSMISSÃO
- LIMITE DA ZONA URBANA
- ÁREA DE ATENDIMENTO
- CAPTAÇÃO SUPERFICIAL EXISTENTE
- CAPTAÇÃO SUPERFICIAL PROJETADA / MELHORIAS
- RESERVATÓRIO EXISTENTE
- RESERVATÓRIO PROJETADO / MELHORIAS
- ▲ ESTÁGIO ELEVATORIA
- ▲ ESTÁGIO ELEVATORIA PROJETADA
- ▲ ESTÁGIO ELEVATORIA EXISTENTE
- ▲ ESTÁGIO ELEVATORIA PROJETADA
- POÇO EXISTENTE
- POÇO PROJETADO / MELHORIAS
- ETA - ESTÁGIO DE TRATAMENTO DE ÁGUA PROJETADO
- ETA - ESTÁGIO DE TRATAMENTO DE ÁGUA EXISTENTE
- PROJETADO / MELHORIAS
- ADUTORIA DE AQUÍFERO / ABAST. EXISTENTE
- ADUTORIA DE AQUÍFERO / ABAST. PROJETADA
- REDE PRIMÁRIA / SUBADUTORIA EXISTENTE

Item	Descrição	Observações
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
 SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
 PLANOS INTEGRADOS MUNICÍPIOS DE SANEAMENTO BÁSICO
 12.2876
 SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO
 SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO
 SÃO PAULO - SP
 COPESS msaiberico
 ESCALA GRÁFICA
 ILUSTRAÇÃO 11